

Fronteiras da história:

considerações introdutórias

Regina Horta Duarte¹

Resumo

A partir da consideração do papel da “Escola dos Annales”, na construção de uma história atenta à riqueza e às possibilidades abertas pela interdisciplinariedade, a autora realiza algumas incursões nos campos possíveis da psicanálise, filosofia e antropologia. Passando pelas questões em debate nos anos 80, o texto introduz algumas indagações sobre os cuidados necessários em relação a uma lógica histórica que, em sua avidez, desejasse abarcar tudo em seus esquemas explicativos.

Palavras-chave

Historiografia; Interdisciplinariedade; História e fronteiras.

Abstract

From the consideration of the “Escola dos Annales” role in the construction of a history attentive to the possibilities and richness opened by the “interdisciplineship”, the author does some incursion in the possible fields of psychoanalysis, philosophy and anthropology. Passing through questions debated in the 80s., the text introduces some inquiries about the necessary care in relation to some historic logic that, in its eagerness, would like to embrace everything in explanatory schemes.

Key-words

Historiography; “Interdisciplineship”; History and Frontiers.

¹ Professora do Departamento de História da UFMG

Antes de iniciar minha fala sobre o tema proposto para a mesa,¹ desejo expressar minha sincera alegria de ter sido convidada para este evento. A ocasião de dialogar com pessoas de outras áreas é preciosa para o historiador e estou certa de que muito terei a aprender aqui. Neste sentido, o próprio evento também remete à questão das fronteiras da história, no caso específico de suas possíveis incursões no campo da educação.

Pioneiros

A ousadia dos historiadores contemporâneos em arriscar-se pelas mais variadas áreas do conhecimento não é uma postura recente. Ela pode até mesmo, *com algum cuidado*, ser datada no ano de 1929, em que foi fundada a revista *Annales d'histoire économique et sociale*, por um grupo liderado por Lucien Febvre e Marc Bloch.² Desencantados com a história realizada nas academias, em que a única idéia presente no monótono desenrolar de uma infinidade de datas e nomes — extraídos de documentos limitados — era a de que *"o período que se vai estudar continua o que o precede e anuncia o que o segue"*,³ estes jovens intelectuais circularam em outras paragens. Ao redor, viam áreas de conhecimento que viviam uma dinâmica fascinante, como a psicologia e a infinidade de possibilidades na interpretação freudiana, a sociologia dinamizada pelo pensamento de Durkheim, a geografia renovada por Vidal de la Blanche e suas incursões na geografia social. Invejosos das aventuras empreendidas por estudantes de outras áreas, experimentavam a amarga sensação de que fazer história era, doravante, perder tempo. E Lucien Febvre vivia a decepção de seu entusiasmo infantil pela história, quando seu pai — leitor de Michelet — descortinava a seus olhos um mundo de histórias a serem contadas.

De seus professores ouviam — insatisfeitos — uma definição restrita de história, da qual partiam alertas desanimadores e frustrantes:

*"Atenção, amigo, você vai sair da história... Releia a minha definição, ela é tão clara! Se é historiador, não pode pôr aqui os pés: é domínio do sociólogo. Nem ali, é o do psicólogo. À direita? Nem pense nisso, é o do geógrafo... E à esquerda? É o do etnólogo."*⁴

O encontro destes jovens e a troca de idéias, expectativas e esperanças — naquela sociedade francesa de entre-guerras — e a decisão da fundação da revista não podem deixar de ser considerados como um marco decisivo na historiografia contemporânea. Reagindo à estreiteza estabelecida pela história historicizante, o historiador passou a invadir, com avidez, os terrenos vizinhos. O editorial do primeiro número da revista apontava o desejo intenso de romper com a situação vigente na academia, em que os historiadores se fechavam em seus gabinetes, copiando e organizando, sistemática e meticulosamente, uma pilha de documentos, tapando olhos e ouvidos frente ao brilhante e ruidoso fervilhar presente nos outros meios intelectuais. O editorial não questionava a legitimidade da especialização: cada um deveria cultivar, laboriosamente, seu jardim. Mas isso não impedia que a vizinhança se esforçasse em acompanhar os mais diversos cultivos. Rebelando-se contra a altura de muros indevassáveis, habitantes de um jardim histórico em que o cultivo se limitava a uma única espécie de vegetal, atraídos pela multiplicidade de perfumes, formas e cores, aqueles jovens decidiam a derrubada dos muros. E a partir de então, um mundo de sensações e percepções possíveis passarão a invadir seus olhos, narizes, bocas, ouvidos, corações e mentes: quadros; construções arquitetônicas; paisagens; palavras e signos encontrados em pedras e cavernas; odores vindos das ruas das cidades, dos corpos das pessoas de outras épocas; alimentos consumidos em sociedades diversas, modos de comer, de sentar, de estar junto aos outros, regras de etiqueta; locais de convivência; sonoridades a acompanhar o cotidiano das pessoas — seja dos sons do

¹ Este texto resulta de uma exposição realizada na mesa redonda "Fronteiras disciplinares e interdisciplinares da história e da história da educação", no encontro de Professores de História da Educação da Pós-Graduação, no dia 29/08/1997, na FAE - UFMG.

² Acerca desta discussão, consultar: FEBVRE, Lucien. **Combates pela História**. 2ª. Ed. Lisboa: Presença, 1985.

³ Idem, p.33.

⁴ Idem, p.247.

campo, da mata, dos ruídos urbanos, do carro de bois, do trem, do carro, do avião; formas de cultivo e ervas daninhas, fórmulas de feitiçaria; eclipses da lua; sinais apreendidos no céu a anunciar o fim do mundo; entranhas de animais perscrutadas com o fito de sondar as decisões dos deuses; exames de pedras feitas por geólogos; análises de espada feitas por químicos; músicas ouvidas em Igrejas ou em salas de apresentação, peças de teatro, espetáculos circenses, roupas e adereços, programas de rádio, imagens da televisão, padrões de beleza, formas de construir barcos, instrumentos e máquinas; modos de criar filmes, retratos, álbuns de fotografia.

O jardim a ser visto e percorrido em suas trilhas mais surpreendentes e promissoras tem a dimensão, a riqueza e a intensidade da própria vida.

A interdisciplinariedade conquistada punha o historiador frente à exigência — a ser vivida com alegria — do estudo da geografia, da linguística, da psicologia, da antropologia, da economia, da estatística, dentre outros saberes. Perseguindo o homem, a história podia agarrá-lo — comodamente — pela perna, braço ou cabeça. Mas não se podia partir este homem sem matá-lo. Dessa forma, o historiador teria sempre pedaços, fragmentos de cadáveres.⁵ Mas se história e vida selassem um compromisso — como queriam os fundadores dos Annales — o ofício do historiador exigia novas perspectivas do viver humano.

Tudo isso hoje nos parece *tão óbvio*. É mesmo impressionante que algum dia — e não tão distante assim, afinal nos referimos ao meio intelectual histórico de setenta anos atrás — a relação a ser estabelecida entre história e vida tivesse que ser objeto de uma luta. E aqui, jovens historiadores redimensionaram o papel da história na sociedade, cumprindo o que Nietzsche exigira, em considerações intempestivas e estrangeiras aos olhos da cultura européia nos idos de 1870, ao questionar a utilidade dos estudos históricos e concluir que, ou a história serviria à vida ou ela não serviria para nada!⁶

O pacto entre história e vida: incursões pela psicanálise

Aqui se delineia uma primeira fronteira a ser visitada, e é a que se dá entre história e psicanálise. E se hoje podemos contar com produções que privilegiam tal enfoque (como o tipo de trabalho realizado por Peter Gay)⁷ desejaríamos situar nossa reflexão em um ponto anterior. Usar a psicanálise para pensar o próprio desejo de fazer a história e as relações deste ato com a condição humana inexorável do enfrentamento da morte.⁸

Partirei de uma comparação tão impossível quanto anacrônica, mas que traz algumas possibilidades de reflexão.

A Grécia arcaica reservava a seus poetas um papel não apenas importante, mas essencial: eles eram antes de tudo, mestres da verdade.⁹ A palavra poética ligava-se à musa e à memória. O termo musa referia-se simultaneamente à uma força divina — uma potência religiosa que ultrapassa o homem — e, por outro lado, a uma atividade humana, a palavra cantada e rimada. *Mnemosyne* remetia a uma significado religioso. A memória sacralizada apresentava-se diferente das concepções de memória construídas em outras sociedades: ela não visava construir o passado numa perspectiva cronológica, mas sim mítica.

Numa sociedade em que a palavra enunciada em voz alta construía verdades, inúmeras técnicas mnemônicas eram parte dos saberes desses aedos. Os poemas homéricos deixam entrever o lento adestramento da memória na árdua e honrosa tarefa daqueles que celebravam os imortais e os feitos dos homens intrépidos. A palavra comemora as proezas dos humanos e, ao mesmo tempo, conta história dos deuses. O poeta é aquele que eternizará o ardor do combate, a ousadia e a agilidade do guerreiro aristocrático, a vitória enobrecedora.

A verdade aqui constituída está longe da concepção moderna de verdade, eivada do espírito racionalista e da lógica dualista, em que verdade e mentira se opõem em campos distintos e opostos.

⁵ Idem, p.30.

⁶ NIETZSCHE, F. De la utilidad de los estudios históricos. In - **Obras Completas**. Buenos Aires/México: Aguillar, 1955.

⁷ Ver GAY, Peter. **Freud para Historiadores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

⁸ Os próximos parágrafos trazem uma reflexão já desenvolvida em artigo anterior: DUARTE, Regina Horta. Os Vivos e Os Mortos: uma alegoria sobre a história. **Resgate - revista de cultura**. Campinas: Centro de Memória da UNICAMP/Papirus, 2, p.20 a 25, 1991.

⁹ Conforme DETIENNE, Marcel. **Los Maestros de la Verdad en la Grécia Arcaica**. Madrid: Taurus, 1986.

O mestre da verdade — no caso, o poeta — não é independente da verdade que ensina e que o superaria. O termo grego — *alethéia* — refere-se ao que é conservado pela memória, pela palavra. *Lethé* é o campo do esquecimento, da obscuridade, do silêncio.

Aos guerreiros resta a esperança de que a palavra do cantor permita-lhes escapar do silêncio e da morte. O mestre da verdade concede aos vivos o privilégio de permanecer, através de sua palavra, na memória. Ao perceber a inevitabilidade de sua morte, Heitor manifesta a esperança de luz através da lembrança:

"Inevitável, a morte funesta de mim se aproxima. Há muito tempo, decerto, Zeus grande e seu filho frecheiro determinaram que as coisas assim se passassem, pois eles sempre benévolos, soíam salvar-se; ora o Fado me alcança. que, pelo menos, obscuro não venha a morrer, inativo; hei de fazer algo digno, que chegue ao porvir, exaltado" (Iliada, XII: 300-305)

Sem qualquer pretensão de estabelecermos uma continuidade de atividades ou de funções, dentro de uma visão linear do tempo, gostaríamos de apontar, nesse desafio da morte, um traço comum entre o aedo — cuja palavra é a esperança do nobre guerreiro Heitor — e o historiador.

A escrita da história também é uma forma de exorcismo da morte, como apontou Michel de Certeau. O historiador lida, mesmo que não chegue a fazer esta consideração mais friamente, com sociedades desaparecidas e homens fisicamente destruídos. Entretanto, isto é feito de maneira totalmente vitalizadora, como genuína fonte de vida e movimento.

Os discursos sobre o passado possuem um duplo e rico aspecto: são discursos onde a ausência e o morto marcam sua presença e, ao mesmo tempo, falas onde os mortos são "*figura objetiva de uma troca entre vivos*".¹⁰ A escrita da história assume uma função simbolizadora, tornando possível à sociedade situar-se à medida que marca um passado e

instaura o presente. Delimita-se um tempo do que está para ser feito, estabelece-se um lugar para os vivos, à medida que os mortos são enterrados. O passado torna-se o lugar do *outro* em relação ao qual o presente constrói sua identidade.

Além da função simbolizadora, a escrita exerce um rito de sepultamento. A linguagem, ao inscrever a morte no relato, exorcisa-a: "*ela faz mortos para que os vivos existam*".¹¹

Nesse duelo contra a morte, a tentativa de ressuscitar o passado — tarefa ao mesmo tempo sabidamente impossível e constantemente perseguida — tem como exemplo a belíssima obra do historiador francês Jules Michelet. No contato com a documentação, exaustivamente levantada, percorria, ansiosamente, o caminho dos cemitérios e necrópoles do passado, ouvindo seus murmúrios que possibilitariam, a seu ver, sua ressurreição. Como afirma Jacques Le Goff, Michelet é um necromante.¹²

A consciência dessa atitude desafiadora acompanha a reflexão de vários outros historiadores, como Pierre Chaunu, que associa seu amor ao ofício escolhido, à maneira como conviveu com o falecimento de sua mãe durante sua infância. Órfão, a figura materna é uma constante e um mistério. A imagem da bela mulher nas fotografias causam lágrimas entre os adultos e uma ansiosa curiosidade na criança que não recebe resposta para suas indagações sobre quem seria ela. Mais tarde, Chaunu saberia ser aquela sua mãe. O avô era ríspido com o neto que lhe lembrava a falecida filha; os vizinhos o sabem filho dela. Ele era o "filho da morta". O silêncio forçado em torno do menino era-lhe insuportável. Contra ele, revoltou-se e assim justifica seu trabalho historiográfico:

*"Foi por ter encontrado, na minha primeira infância, aquilo a que temos de chamar a morte, logo no início da vida, de uma maneira trágica, misteriosa, existencial, que nasceu em mim esta necessidade que, à falta de melhor, me fez historiador"*¹³.

¹⁰ CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p.56.

¹¹ Idem, *ibidem*, p.108.

¹² LE GOFF, J. As Idades Médias de Michelet. In: **Para um novo conceito de Idade Média**. Lisboa: Edições 70, 1980, p.20.

¹³ CHAUNU, P.O Filho da Morta. In: **Ego História**. Lisboa: Edições 70, 1989, p.69.

Relação com o passado, relação com o invisível, a história toma o lugar dos mitos e mesmo das coleções. Assim como o mobiliário funerário, as oferendas, os despojos dos guerreiros, as relíquias, objetos sagrados e tesouros principescos — exemplos de coleções — a escrita da história cria laços com a invisível linguagem que

*“permite falar dos mortos como se estivessem vivos, dos acontecimentos passados como se fossem presentes, do longínquo como se fosse próximo, e do escondido como se fosse manifesto”.*¹⁴

No trabalho com a documentação, os historiadores percebem a ligação desses homens desaparecidos com seu futuro. Os documentos são monumentos, nada têm de inócuo ou imparcial. Resultados de montagens, conscientes ou não, “da história, da época, da sociedade que o produziram” das épocas sucessivas onde foram esquecidos, manipulados ou cuidados. Documentos monumentos que resultam do desejo das sociedades de construir uma determinada imagem de si mesmas.¹⁵ Se o historiador exorcisa a morte, através da escrita da história, a constante tessitura de monumentos pelas sociedades expressa a intenção da permanência na lembrança dos que se seguirão, após a morte de uma geração. Nesses dois movimentos enfrenta-se o esquecimento, o silêncio, obscuridade, assim como o fazia o canto dos tempos homéricos.

Do ser social histórico: uma discussão filosófica

Apesar do combate à morte ser um elemento perceptível na obra de vários historiadores, nem sempre apresenta-se com os mesmos matizes.

Nesse sentido, uma mudança facilmente observável nas tendências da historiografia atual no que se refere à concepção do real redimensiona o aspecto que desenvolvemos até aqui.

A grosso modo, poderíamos delinear toda uma reflexão tradicional, que lidaria com o passado enquanto uma realidade acabada e fixa, da qual o cientista aproximar-se-ia, numa tarefa de reconstrução, à medida que lograsse uma documentação mais ampla ou elaborasse teorias mais eficazes. Nessa corrente, preocupada em delimitar constantes e continuidades históricas, estaria presente a noção de que a completude do saber científico é um alvo do qual se aproxima, gradativamente o estudioso. E aqui, entramos nos domínios filosóficos, pois passamos à uma reflexão ontológica acerca do *ser* do social histórico. Ultrapassamos outra fronteira.

Entretanto, historiadores como Michel de Certeau, ou mesmo filósofos que se dedicam à reflexão sobre a história, como Cornelius Castoriadis, alertam para um novo posicionamento frente ao ser social histórico: ele não é, enquanto passado, reconstruído, mas constantemente construído, numa completa simbiose entre práticas históricas e práxis social. A grande questão desses saberes é delimitar a diferença, apontar sua fragmentação, explicitar *“uma identidade social, não como dada ou estável, mas enquanto se diferencia de uma época anterior ou de uma outra sociedade”*.¹⁶ Poderíamos citar ainda CASTORIADIS, ao afirmar que *“a história é sempre história para nós, precisamente o que nos interessa é nossa alteridade autêntica, os outros possíveis do homem em sua singularidade absoluta”*,¹⁷ ou mesmo FOUCAULT, quando diz que *“a nossa razão é a diferença dos discursos, nossa história a diferença dos tempos, nosso eu a diferença das máscaras”*.¹⁸ Nessa perspectiva, não há saber histórico mais verdadeiro ou mais completo. E insistirei aqui que entramos no terreno do pensar filosófico, com seu debate sobre o *ser* e a *verdade do ser* — referindo-nos ao ser social histórico — e selando a indissociabilidade entre a história e sua auto-interrogação dos pressupostos filosóficos que a norteiam. O que é assumido a cada momento é a mutabilidade e incompletude da história, cuja retomada é sempre necessária. O trabalho

¹⁴ POMIEN, K. Coleção. In: **Enciclopédia Einaudi**. Vol.1 (Memória/História). Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984, p.68.

¹⁵ LE GOFF, J. Documento-Monumento. In - Enciclopédia Einaudi...

¹⁶ CERTEAU, M. de. op.cit, p.56.

¹⁷ CASTORIADIS, C. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. Rio: Paz e Terra, 1982, p.196 e 197.

¹⁸ FOUCAULT, M. A. **Arqueologia do Saber**. Rio:Forense/Universitária, 1986, p.151.

histórico abandona quaisquer pretensões totalizante, a partir do julgamento de toda a história sob parâmetros unos e regulares. Nessa renovada busca, acreditamos que a história configura-se, mais do que nunca, como uma atividade desafiadora da morte: tarefa intimamente ligada ao momento em que vive o historiador, curiosidade sempre reinaugurada, desejo avidamente recolocado a cada instante; a escrita da história é uma escrita interminável. *O historiador não terá descanso*: ele sempre deverá estar disposto a recomeçar do zero, já que o saber não é necessariamente acumulativo, dado o seu caráter descontínuo.

Mas não é a morte o momento do descanso, a hora em que nada mais está para ser realizado? Não é a extinção total que configura nossas tarefas como findas? Ao se propor um alvo fora de alcance, não visaria o historiador enfrentar o momento de completude e repouso?

A configuração da operação histórica como parte de um lugar social é fruto de uma reflexão que une história e vida, historiadores e práticas sociais. Tentei apontar como isso mescla as interrogações históricas a considerações psicanalíticas e a questões filosóficas. A história e sua escrita fazem parte dos desejos transformadores, desafiadores e criativos dos homens. Segredo esperançosamente revelado na prática histórica, o querer é o que nos dá identidade enquanto vivos e ativos — em oposição aos que nada mais podem desejar ou realizar.

A antropologia e o encontro com o outro

E é em relação à questão da construção de identidades e diferenças que apontarei um outro jardim de flores fascinantes ao historiador. E nesse terreno devemos identificar como a chamada Nova História Francesa aprofundou ricamente os caminhos abertos pelos fundadores dos *Annales*. O jardim visitado é o da antropologia, e o tema da *diferença* sua flor mais desejada. Historiadores como Jacques Le Goff comemoram tais

incursões, ao mesmo tempo que se especificam: se por um lado, os etnólogos acabam por privilegiar, partindo da diferença, uma concepção unificada das sociedades humanas e um conceito de homem e de natureza e necessidades atemporais humanas, o historiador se apropria da antropologia sob um novo olhar, que parte da consideração de que nada é eterno, tudo é histórico (chegando à coerência do dizer de Paul Veyne de que tudo é histórico e portanto, a História não existe).

E nesse desbravamento, a antropologia trouxe um novo mundo a ser explorado pela história.¹⁹

Em primeiro lugar, ela possibilita redimensionar o acontecimento. O acontecimento já havia sido discutido por FEBVRE e BLOCH, mas a etnologia reforça a importância de acontecimentos não linearmente cronológicos, como festas religiosas e profanas, cerimônias ligadas à história biológica e familiar (nascimento, puberdade, casamento, morte). O historiador se vê obrigado a recorrer a uma diferenciação e à multiplicidade do tempo. Podemos citar os estudos dos calendários, revelando o peso dos ritmos periódicos na vida das sociedades, em datas, como carnaval, romarias. O calendário é história, numa mistura de objeto construído numa história científica (observações astronômicas, medições apuradas a partir de uma mentalidade que exige o rigor e valoriza a objetividade) e social (o calendário dirige a vida pública e cotidiana, organiza o quadro temporal das sociedades em que é construído). O calendário é um grande instrumento de poder: apenas os detentores do poder são senhores do calendário (reis, padres, revolucionários) e as mudanças são parte de lutas sociais decisivas.

Num segundo momento, a antropologia pode permitir ao historiador refletir acerca da família e do parentesco, da relação entre os sexos e idades. Os exemplos são inesgotáveis: mas destacaremos os pioneiros trabalhos de:

— Philippe Ariés, sobre a história social da família e das crianças (que acredito ser de grande utilidade para a história da educação).

¹⁹ Ver LE GOFF, J. Para uma Antropologia Histórica. In: **Para um novo conceito de Idade Média...**, p.311 a 386.

— EMANUEL LADURIE, ao destacar a importância das famílias no estudo de caso de uma aldeia herética, pois a conversão à heresia se fazia casa após casa, e não individualmente.

— LE GOFF, ao estudar, no mundo medieval, a importância da linhagem (parentescos consanguíneos e amigos carnis) e da parentela.

— GUERREAU, ressalta a especificidade da noção medieval de parentesco, na qual se destaca o parentesco espiritual. Este autor destaca também o controle do clero sobre os laços de parentesco e as regras de exogamia.

— Vidal Naquet e suas reflexões sobre o *oikos* grego.²⁰

Além dessas incursões, a antropologia possibilitará a toda uma geração de historiadores a construção de análises ligadas à temática do sexo, como podemos observar, por exemplo, nas revisitações à leitura de Michelet do papel da mulher herética ou nas demonstrações realizadas por Vidal Naquet de como um dos pontos de conflito essenciais da cidade grega pode ser situado na clivagem entre homens e mulheres.

Aspectos do cotidiano passam a merecer uma inédita atenção: o historiador se interessa por detalhes técnicos; pelo corpo, sua higiene, sua alimentação, suas doenças e as formas de tratá-las; pelo vestuário, por gestos.

A história reafirma seu compromisso de servir à vida e assume, em suas interrogações e focos de curiosidade, a sua amplitude.

Os Annales e os anos 90: novas interrogações

Mas a história não pára de se repensar e retomar seus pressupostos para avaliá-los. Trabalhos publicados a partir do fim dos anos 80 começam a perguntar-se sobre os problemas desta interdisciplinariedade, sobre a excessiva fragmentação do estudo histórico e se auto-interroga sobre o que é, afinal, fazer a história, e qual sua identidade frente as outras disciplinas. Um editorial do número

2, de mar/abril dos Annales, questiona: se antes o diálogo era difícil entre historiadores e cientistas sociais, ele agora era difícil entre os historiadores mesmos, numa multiplicidade de experiências individuais delineadoras de um acúmulo de estudos que não se completam e são incomparáveis entre si.²¹

Outras paisagens

Mas aqui teríamos que pensar várias coisas: em primeiro lugar se a escola dos Annales e seus seguidores influenciaram toda a historiografia mundial, há tantas outras correntes e tantas outras conquistas essenciais: bastaríamos pensar em obras da historiografia americana, como *Time on the Cross*,²² que a partir de um estudo *quantitativo* pôde redimensionar os estudos acerca da escravidão moderna, abrindo caminho para o abandono de uma série de pressupostos ancorados em meros preconceitos. Como não perceber o brilho da produção histórica de autores ingleses como Hobsbawm, Thompson e Sir Finley,²³ viajantes pelas fronteiras entre a história e a política?

Chego à conclusão de que o tema que vocês me propuseram é realmente um tema difícil. Pois como dar conta de sua amplitude? São fronteiras que se delineiam entre a história e outras disciplinas, entre as várias correntes da história, e entre o historiador e o seu meio social.

Poderíamos falar ainda da história e literatura, história e educação, história e comunicação, história e arte... A história deixou seus limites, definitivamente, em aberto, a partir do momento que afirmou a ampliação da noção de documento como sendo "*tudo aquilo que pertence, depende, serve e exprime o homem*".²⁴

Podemos constatar que o historiador tem sido otimista e afirma a importância de seu papel, delineado a partir do signo da versatilidade e da abertura ao mundo. Mas aqui aponto um cuidado a meu ver essencial. A história, ao desligar-se de uma filosofia totalizante e racionalizadora, reivindicou a especificidade de sua dinâmica, na qual a diferença

²⁰ ARIÉF, P. **História Social da Família e da Criança.** / LADURIE, E. **Montailou** - cãtaros e católicos numa aldeia francesa (1294/1324). Lisboa: Edições 70, 1985. / GUERREAU. **O Feudalismo** - um horizonte teórico. Lisboa: Edições 70, 1986. / VIDAL-NAQUET, P. **Economia e Sociedade na Grécia Antiga.** Lisboa: Edições 70.

²¹ REIS, José Carlos. **Annales** - a renovação da história. Ouro Preto: Editora da UFOP, 1996, p.96 a 115.

²² FOGEL, R. W. & ENGERMAN, S. **Time on the Cross: the economics of American negro slavery.** Boston: Little, Brown and Company, 1974, 2 v.

²³ Como em obras magistrais: HOBBSBAWN, E. **A Invenção das Tradições.** / THOMPSON, E. **A Formação da Classe Operária Inglesa.** Rio: Paz e Terra, 3v./ FINLEY, M. **A Economia Antiga.** Lisboa: Afrontamento, 1986.

²⁴ FEBVRE, L. op.cit.

e a multiplicidade referiam-se a uma explicação não linear e tantas vezes fragmentária. Entretanto, eu particularmente acredito que as incursões interdisciplinares da história nem sempre respeitaram a especificidade dos temas a serem abordados. Isto talvez seja claramente visível na história que utiliza a arte, a literatura ou a poesia como fontes documentais. Tantas vezes, este rico material foi visto e reduzido em seu brilho a partir de sua contextualização, de sua conjuntização em uma realidade histórica (da qual seria um reflexo, uma imagem no espelho), de seu aprisionamento em um processo histórico. Nessa busca de interdisciplinariedade, a história não pode agir como Procrusto, figura da mitologia grega, habitante do caminho entre Mégara e Atenas, que torturava os viajantes, obrigando-os a assumir as dimensões de seus leitos, cortando os pés

dos mais altos ou esticando lateralmente os mais baixos.

Na ultrapassagem de fronteiras, a história certamente deve arriscar-se a ponto de ter a vida como parâmetro, mas em respeito a esta mesma lógica da vida, deve ela perceber a necessidade de redimensionar suas pretensões. O recurso ao contexto traz o perigo de o historiador desprezar uma valiosa lição da história e da vida: a impossibilidade da razão abarcar tudo, da explicação exaustiva e completa. Há o novo, o inusitado, o inexplicável a nos surpreender. Se o historiador lida com a vida, lida também com o desejo, e sobretudo com a criação.²⁵ E esse pulsar não pode ser limitado às amarras da razão, nem mesmo de uma razão histórica. Cabe ao historiador, ao dirigir-se à vida, respeitá-la. O desejo de capturá-la aparece aqui não apenas como traição à vida, mas uma infidelidade à própria história.

²⁵ Ver: DUARTE, Regina
H. **Noites Circenses**.
Campinas: Editora da
UNICAMP, 1995.